European Institute for Gender Equality

Pela primeira vez, a França ocupa a posição cimeira no Índice de Igualdade de Género.

A legislação em matéria de igualdade funciona, mas ainda não em toda a linha…

A França subiu para o primeiro lugar no Índice de Igualdade de Género da UE, pondo fim ao domínio da Suécia, que ocupava a primeira posição desde 2013. No entanto, em toda a UE, os progressos no sentido da igualdade de género avançam a passo de caracol e o índice deste ano mostra que os avanços numa área não compensam as restantes.

«A igualdade de género é benéfica para a competitividade da Europa e a qualidade dos cuidados é o que a torna possível», afirmou Roxana Mînzatu, vice-presidente executiva da Comissão Europeia para os Direitos Sociais e Competências, Emprego de Qualidade e Preparação. «O Índice de Igualdade de Género deste ano aponta o caminho: licenças parentais de que ambos os pais beneficiam e serviços de acolhimento na primeira infância disponíveis quando as famílias deles necessitam, para que as competências de todos contribuam para o crescimento sustentável da Europa.»

«O Índice de Igualdade de Género deste ano transmite uma mensagem clara: quando a Europa age em prol da igualdade, a vida das pessoas muda e essa mudança pode ser rápida», afirmou Hadja Lahbib, Comissária Europeia responsável pela Igualdade, Preparação para Crises e Gestão de Crises. «Mas aprovar leis é apenas o começo. A verdadeira igualdade reflete-se na folha de vencimento, quando uma mulher ganha o mesmo que o seu colega do sexo masculino. Reflete-se em casa, quando um pai usufrui de licença parental e está presente na hora do banho e não apenas na hora de dormir. É essa a Europa que desejo para todas as mulheres e todos os homens, onde quer que residam.»

«A França mostra o que acontece quando um país decide que a igualdade de género em cargos de poder é a regra e não a exceção», afirmou Carlien Scheele, diretora do EIGE. «A verdade nua e crua é que um único avanço não basta para sustentar um índice inteiro. Se a Europa demonstrasse a mesma determinação nos cuidados, nos salários e na educação, não estaríamos a medir o progresso em frações de um ponto. Infelizmente, ainda há muito caminho a percorrer.»

An EU Agency

Gedimino pr. 16, LT-01103 Vilnius, Lithuania
eige.europa.eu

Principais conclusões

- A UE obteve uma pontuação de 64,5 em 100, o que representa um aumento de 0,9 pontos em relação ao ano passado e de 5,6 pontos desde 2020.
- A França (74,8) ultrapassa a Suécia (73,6), seguida de perto pela Dinamarca e pela Espanha. Chipre, a Hungria e a República Checa registam as pontuações mais baixas.
- O poder é o domínio que tem melhorado mais rapidamente, com um aumento de 2,4 pontos este ano e de 13,1 pontos desde 2020, embora continue a ser o que apresenta a pontuação mais baixa, com 42,9.
- Todos os outros domínios registaram um aumento inferior a um ponto ao longo do último ano.
- As responsabilidades pelos cuidados ainda não são partilhadas de forma igual. As mulheres trabalham menos horas equivalentes a tempo completo e prestam mais cuidados do que os homens. Cerca de 41 % das mulheres, em comparação com 20 % dos homens, dedicam mais de 35 horas por semana aos cuidados dos filhos.
- O direito à licença parental ainda não garante o acesso a prestações de licença parental.

Um salto na primeira posição

A subida da França deveu-se a um salto de 9 pontos no sentido da igualdade de género no domínio «Poder». A França está agora próxima da paridade de género no governo, nos conselhos de administração das suas maiores empresas e nos conselhos das suas federações desportivas.

A França não está isolada. Desde 2020, outros 15 Estados-Membros aumentaram as suas pontuações no domínio «Poder» em mais de 10 pontos, impulsionados pelo aumento do número de mulheres nos conselhos de administração das empresas e em cargos de chefia no desporto. Em sete Estados-Membros, as mulheres já ocupam pelo menos 40 % dos lugares nos conselhos de administração das maiores empresas cotadas em bolsa graças, em grande parte, a quotas legislativas. A Diretiva Equilíbrio de Género nos Cargos Dirigentes de Empresas da UE estabelece uma meta de 40 % de dirigentes não executivos, ou 33 % de todos os cargos de dirigentes.

Um aumento de 0,9 pontos em relação ao ano passado. O progresso a passo de caracol

Para além do poder, o panorama é muito menos animador. Verificam-se alguns progressos no sentido da igualdade de género, mas o ritmo está a abrandar. Os ganhos anuais têm descido abaixo de um ponto desde 2023.

O conhecimento regrediu em 11 Estados-Membros desde 2020, uma vez que as mulheres e os homens continuam a concentrar-se em diferentes áreas de estudo.

Em grande medida, os progressos no domínio da saúde estagnaram.

E o próprio poder, apesar dos ganhos registados, continua a ser o domínio mais fraco: 15 Estados-Membros continuam a obter um pontuação abaixo de 40. Uma verdadeira igualdade seria 100.

Os Estados-Membros também estão a avançar a ritmos diferentes. Quando comparados com a média da UE ao longo da última década, dividem-se em duas categorias gerais, ambas incluindo países que se situam tanto acima como abaixo da média da UE:

- **Convergência ascendente:** a Alemanha, a Áustria, a Chéquia, a Estónia, a Finlândia, a Grécia, a Itália, a Lituânia, o Luxemburgo, Malta, a Polónia, Portugal e a Suécia melhoraram as suas pontuações no Índice de Igualdade de Género, reduzindo simultaneamente a diferença em relação à média da UE;
- **Divergência ascendente:** a Bélgica, a Bulgária, a Croácia, Chipre, a Dinamarca, a Eslováquia, a Eslovénia, a Espanha, a França, a Hungria, a Irlanda, a Letónia, os Países Baixos e a Roménia também melhoraram as suas pontuações, mas a um ritmo que alargou a sua distância em relação à média da UE.

Cuidados: um enorme potencial de melhoria

Se o poder demonstra o que é possível alcançar através de medidas específicas e de legislação, os cuidados mostram que ainda há um longo caminho a percorrer.

A existência de filhos continua a determinar quem realiza a maior parte do trabalho remunerado. Em casais com filhos, os pais trabalham, em média, o equivalente a 92 % de um emprego a tempo completo. As mães trabalham o equivalente a 68 %. Essa diferença de 24 pontos percentuais revela que o número de mães que trabalham a tempo parcial é muito maior.

Os cuidados domiciliários contam o outro lado da mesma história. Em toda a UE, duas em cada cinco mães (41 %) passam mais de 35 horas por semana a cuidar dos filhos. Apenas metade dos pais (20 %) o faz.

Todavia, a Dinamarca demonstra que não tem de ser assim. É o único Estado-Membro sem disparidades de género em matéria de prestação intensiva de cuidados infantis.

Apenas uma em cada cinco mães dinamarquesas dedica mais de 35 horas por semana aos cuidados com os filhos. Passa-se o mesmo com os pais dinamarqueses. A Dinamarca é também um de apenas seis Estados-Membros em que não existe qualquer disparidade entre o fim da licença parental bem remunerada e a garantia de um lugar num centro de acolhimento de crianças.

A licença parental pode alterar os padrões de cuidados infantis, mas apenas se os pais a utilizarem.

As mulheres continuam a representar 74 % dos beneficiários de licença parental nos 15 Estados-Membros para os quais existem dados relativos a 2024, e muitos pais apenas gozam do período mínimo previsto. A remuneração é o fator decisivo.

O direito a licença parental não garante que esta seja remunerada: 18 % das mulheres e 13 % dos homens com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos não receberiam prestações de licença parental.

Quando a Suécia reservou quatro semanas de licença para os pais em 1995 e passou a remunerá-la a 75 % a 80 % do salário, a utilização da licença parental pelos pais aumentou de 3 % para 60 %.

Quando os pais usufruem da licença parental, todos saem a ganhar: as mães, os pais e os filhos, que passam a ter mais tempo para criar laços mais fortes. Um estudo realizado na Suécia revelou que cada mês que um pai passa em licença parental contribui mais para os rendimentos futuros da mãe do que se ela própria tirasse menos um mês de licença.

A igualdade de género é um motor do crescimento sustentável

Um estudo do EIGE conclui que a melhoria da igualdade de género poderia aumentar o PIB per capita da UE em 6,1 % a 9,6 % até 2050, o que corresponde a um valor entre 1,95 e 3,15 biliões de EUR, e criar 10,5 milhões de postos de trabalho adicionais. O mesmo estudo revela que o combate a todas as desigualdades de género em conjunto gera melhores resultados do que combatê-las uma a uma.

O domínio do poder continua a constituir o desafio mais exigente da UE em matéria de igualdade de género. No entanto, tal como o índice deste ano demonstrou, trata-se também de um domínio em que a legislação pode ter um impacto real e rápido. A tarefa agora é aplicar a mesma determinação a todos os outros domínios.

Transfira o Índice de Igualdade de Género 2026 e partilhe as conclusões para fundamentar os debates sobre políticas nacionais e impulsionar a ação :
https://eige.europa.eu/publications-resources/publications/gender-equality-index-2026-making-parental-leave-work